



Reunião Extraordinária – Ata nº 02/2014**Data** – 14-05-2014**Início** – 09.00 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 09.45 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Gomes
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino da Conceição Manana**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

A Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião, quando nove horas.



Nº 01 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo um ofício da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS) S.A. e da Águas de Portugal, SGPS, S.A., referente à opção de venda da participação no capital social da VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA. Propõe que o Município não exerça a opção de venda da sua da participação no capital social e que manifeste a intenção de exercer o direito de preferência na aquisição das ações que venham a ser objeto de opção de venda exercida por outros municípios acionistas. – 162812

A Presidente apresentou alguns esclarecimentos sobre esta matéria, no seguimento de outras informações que já havia disponibilizado em reuniões anteriores.

Referiu a necessidade de o Município de Abrantes se manifestar, através de declaração cujo modelo já adotado por outros municípios foi disponibilizado, relativamente à opção ou não de venda das suas ações.

Sublinhou o facto de que os municípios fundadores firmaram no acordo parassocial da constituição da Valnor o compromisso que os municípios aderentes teriam direito de preferência na aquisição de participações. Agora, o governo não coloca a possibilidade dos

Al

municípios que constituem o sistema exercerem a opção de venda das respetivas participações, uma vez que vende a participação da EGF em todas as empresas, em bloco.

Disse ainda que a ANMP se debate sobre esta questão da venda da participação da EGF, na medida em que, de acordo com pareceres obtidos, trata-se de uma decisão unilateral, para a qual não foi feita consulta aos associados e aos municípios. Estes devem fazer parte do processo de decisão.

Neste momento está também a ser ponderada a possibilidade de os municípios avançarem com uma providência cautelar.

Acrescentou ainda que o governo coloca a possibilidade de venda (mas não de compra) e que, exercendo essa opção de venda, os municípios terão que continuar ligados a este sistema, não podendo aderir a outro.

Os vereadores eleitos pela CDU e pelo PSD, Avelino Manana e Elza Vitório, respetivamente, apresentaram algumas questões, nomeadamente sobre a realização desta reunião extraordinária, quando o ofício da Parpública era já de 14 de abril.

A Presidente da Câmara disse que, a princípio, pensou que apenas seria necessária a tomada de posição, caso a intenção fosse a de venda. Nessa lógica não seria necessária deliberação sobre este assunto. Contudo, verifica-se, agora, que deve ser manifestada a opção da autarquia, mesmo que seja de não vender, na medida em que importa igualmente manifestar a intenção de exercer o direito de preferência.

Questionaram também que a declaração refere "por unanimidade" e "princípio de intenção".

A Presidente da Câmara respondeu tratar-se de um modelo validado juridicamente. Esclareceu que a deliberação não tem que ser por unanimidade, pelo que em nada vincula o sentido de voto dos presentes.

Deliberação: por unanimidade, não exercer a opção de venda da participação no capital social do Município de Abrantes na empresa VALNOR, SA.

Mais foi deliberado, por unanimidade, manifestar desde já o princípio de intenção de exercer o direito de preferência na aquisição de ações que venham a ser objeto de opção de venda exercida por outros municípios acionistas, e ainda exercer o direito de preferência previsto no acordo parassocial.

O vereador avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

"A CDU sempre alertou para a possibilidade de privatização do capital público nos sistemas multimunicipais e, por isso, sempre se opôs a sua criação, optando por apoiar a formação de sistemas intermunicipais de capitais municipais.

A anunciada privatização da Empresa Geral de Fomento, SA vai trazer, no nosso entender, o agravamento dos custos suportados pelos munícipes.

Acta da reunião de 14 de maio de 2014

Al

Acreditamos que o processo de privatização ainda pode e deve ser travado, nomeadamente pela alteração da regra injusta que permite a EGF,SA (EGF) comprar ações dos municípios, mas não permite que estes comprem ações da EGF.

Entretanto e, desde já, recomendamos que a Camara Municipal de Abrantes, juntamente com as restantes Camaras Municipais que integram a VALNOR, inicie um processo de diálogo para a construção de uma solução que contemple um sistema alternativo intermunicipal, solução, já adotada por outros municípios portugueses.

Pela parte da CDU, comprometemo-nos a tudo fazer para travar e inverter o processo de privatização e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção de um sistema intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos.

Tomando em conta o acima exposto, a CDU vota favoravelmente a proposta de declaração apresentada."

A vereadora Elza Vitório apresentou a seguinte declaração de voto:

"A proposta de deliberação contém duas partes a saber: não exercer a opção de venda e a manifestação do princípio de intenção de o município exercer o direito de preferência na aquisição das ações que venham a ser objeto de opção de venda exercida por outros municípios acionistas.

Na nossa referência ao "princípio" de intenção foi-nos referido ter sido um jurista a colocar "princípio de intenção e não só intenção.

Propusemos a alteração "das ações" para "de ações" salvaguardando a posição do Município para o que venha a acontecer pelos outros municípios na venda das suas ações.

O voto da Vereadora eleita pelo PSD, favorável teve em conta o acima exposto, as informações transmitidas pela Sra. Presidente da CM, bem como os seguintes aspetos, a saber:

Esperamos que tenham sido ponderadas as eventuais repercussões decorrentes da necessidade de cumprimento das metas ambientais, nomeadamente a necessidade de investimento a curto, médio prazo.

Esperamos também que tenham sido avaliados os pressupostos subjacentes à defesa do interesse público, numa perspetiva de custo/benefício."

□□□

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas nove horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Marcelo de Almeida

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E MODERNIZAÇÃO

Cel. Alexandre Furtado Silva